

## PROFESSORES QUESTIONAM MUDANÇAS

### NO CONTRATO DE TRABALHO

*Possíveis alterações podem rebaixar ainda mais os salários docentes*

Em reunião realizada virtualmente pela APROPUC, os professores da PUC-SP discordaram unanimemente das mudanças que poderão afetar o seu contrato de trabalho.

A partir da introdução da chamada maximização, que rebaixou os parâmetros da deliberação 65/78, desde 2006 as condições de trabalho docente vêm sofrendo constante rebaixamento através do represamento que impede o ingresso e a progressão do docente na carreira. Completam essas medidas a existência de tabelas diferentes para trabalhos iguais. Em 2022 a Fundação São Paulo tentou rebaixar os níveis do contrato docente, primeiro com a mudança do parâmetro de cálculo de 5 semanas para 4,5 semanas; depois com a introdução de uma nova tabela com o limite mínimo de 7 créditos para contratos de TP-10 para o primeiro semestre, devendo os novos contratos começarem a partir de TP 15, 9 créditos no segundo semestre.

As tentativas não prosperaram em razão da mobilização dos professores junto à APROPUC, com o apoio dos estudantes e funcionários. Porém a permanência do TP-10 nos níveis atuais de 6 ou 7 créditos ficou condicionada à formação de uma comissão que formularia nova proposta de trabalho. Esta comissão, composta por 6 membros (3 representantes acadêmicos e 3 representantes

do RH, Controladoria e Jurídico da Fundasp) foi formada por Ato do Consad, em 20/01/2023, recebendo um exíguo prazo para apresentar nova proposta de contrato de trabalho à Reitoria e Fundasp até 28 de fevereiro. Entretanto, a proposta não terá força de deliberação.

A fim de agilizar os trabalhos, os membros acadêmicos dessa comissão - professores Dra. Angela Brambila Lessa (Vice-Reitora), Dra. Madalena Guasco Peixoto (Consun) e Dr. Márcio Alves da Fonseca (Pró-Reitor da Pós-Graduação) - convocaram uma reunião no dia 02 de fevereiro último, com todos os diretores de faculdades e APROPUC. No encontro, os presentes foram informados dos prazos e parâmetros para a elaboração de um novo modelo de contrato de trabalho, a ser encaminhado para os membros da Comissão até o dia 10/2, contendo as propostas de modificação de contrato.

As propostas, porém, deverão enquadrar-se em parâmetros restritos, seguindo o estatuto e regimento da universidade e uma vaga e duvidosa recomendação do MEC datada de 2017, para a qual os contratos docentes deveriam começar a partir de um mínimo de TP-12. Além disso, os diretores presentes e a APROPUC foram alertados pelos membros da comissão de que não poderão ultrapassar

o limite de comprometimento da folha de pagamento, hoje já reduzida ao patamar de 65% da receita. A recomendação é a de que este valor possa recuar para o patamar de 60%, definido pelo TAC - Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público.

Os professores que participaram da reunião aberta da APROPUC consideraram essa situação como uma armadilha para que os docentes coonestem uma proposta que deverá vir da Fundasp, para reduzir ainda mais os seus contratos.

Primeiramente por ser impossível a realização, em apenas

duas semanas, de uma discussão ampla, profunda e minimamente democrática para a formulação de nova e complexa proposta de trabalho que envolva a graduação e a pós-graduação, contemplando a realidade das diferentes faculdades e cursos da PUC-SP e, ao mesmo tempo, preservando as condições de trabalho docente e quadros de carreira de nossa Universidade. Por isso os presentes à reunião insistiram na proposta inicial da APROPUC, que demanda o prazo de um semestre de discussão para

**Continua na página seguinte**

#### REUNIÃO ABERTA

#### DOS PROFESSORES

**14/02 (TERÇA)**

**17H00**

**ONLINE**

#### **Pauta:**

**CONTINUIDADE DA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE TRABALHO**

Para participar: Entre em contato com a APROPUC via WhatsApp para receber o link da reunião - Tel: (11)3872-2685

## Continuação da página anterior

a elaboração de qualquer nova proposta.

## Reivindicações docentes

A diretoria da APROPUC relatou alguns pontos mínimos que uma proposta de alteração contratual deveria contemplar, considerando os seguintes princípios que receberam sugestões, sendo amplamente discutidos pelos professores:

- Não permitir distorção alguma que dissocie a unicidade do tripé ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO.

- O falso problema de restrição ao acesso à carreira docente, de um lado, e desligamento por etarismo (não admissível trabalhisticamente pela Constituição brasileira) do outro.

- Problemas ligados à verticalização da carreira e contemplados pelo Estatuto e Regimento atuais da PUC-SP, mas não contemplados, pois não há horizontalidade entre os níveis daqueles que se encontram fora da carreira.

- O posicionamento da APROPUC é NENHUM PROFESSOR FORA DA CARREIRA. Hoje, embora enfaticamente negado, prevalecem na instituição os contratos de FTD (hora/aula) apenas, ou contratos de aulas reduzidas de TP, sem acesso aos direitos de pesquisa ou orientação.

Abertas as discussões, vários problemas foram levantados pelos professores.

Em primeiro lugar, torna-se necessária a existência de isonomia salarial entre professores que exerçam a mesma função já que hoje existem na PUC-SP diversas tabelas salariais para reger o contrato docente.

Segundo, os contratos atuais não contemplam pesquisa. Nesse sentido, tem que se considerar que o conceito "pesquisa" deva contemplar a realidade de cada unidade e diversidade de suas áreas de conhecimento e disciplinas, proporcionando

um mesmo padrão de cidadania interativa para todos os professores.

Terceiro, o problema daqueles professores que desejam sair da PUC-SP deve ser encarado com mais seriedade. É inadmissível a existência de mais de 100 professores que desejam sair da universidade, por terem seus contratos sistematicamente reduzidos até que são atirados ao chamado limbo, onde são submetidos a condições aviltantes, baixos salários e contratos de 1 hora/aula apenas, sem que haja perspectiva para uma saída digna respeitando minimamente direitos já adquiridos. Foi denunciado que a verba destinada este ano pela Fundasp para os desligamentos revela-se irrisória, perto do número de docentes que já se encontram na situação de dispensa, aguardando o rompimento definitivo de vínculo com a instituição.

Quarto ponto: foi rechaçada a ideia de manutenção do regime de hora-aula que contradiz o pressuposto inicial de nossos contratos que estipulam tempo parcial ou integral de trabalho. A ideia de "trilhos", exposta pela Comissão na reunião com os diretores e Apropuc, não contempla a reiterada reivindicação docente de existência, nos atuais contratos, de possibilidade para aplicação do tripé ensino/pesquisa/extensão, norteador da formulação de nossas horas contratuais.

Acordo unânime dos presentes à reunião aberta foi de total repúdio a qualquer mudança contratual que rebaixe o salário nominal do docente, lembrando ser de caráter inconstitucional. O professor que hoje recebe um valor por uma quantidade determinada de horas-aula não pode ter esse valor diminuído se permanecer com a mesma quantidade de horas docentes. Há hoje garantias estatutárias e trabalhistas vigentes que regem a redução de horas contratuais. Também foi questionada a limitação do chamado "contrato de cidadania" que hoje só beneficia professores com TP-

20, no mínimo. Os benefícios previstos pela Universidade e pelo Acordo Interno devem ser estendidos a todos os docentes da universidade. Mais do que isso, o próprio conceito de cidadania foi questionado, na medida em que a existência de situações contratuais diferenciadas para várias unidades hoje são uma constante.

## Discussão aprofundada

Por tudo isso, os docentes encaminharam pela prorrogação por seis meses da atual discussão contratual, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Várias unidades estavam programando reuniões para esta semana, porém a maioria delas, como a Faculdade de Ciências Sociais e a Economia consideraram insuficiente o prazo estipulado.

Também é necessário que um novo modelo de contrato tenha a tramitação normal das deliberações da universidade, passando pelo Cepe e pelo Consun, depois de discutido nas unidades. Nesse sentido, a APROPUC encaminhou esta semana a todos os professores o documento do Recurso ao CONSAD que alicerçou a sua contestação das mudanças pretendidas pela Fundasp no final de 2022. Esse documento explicita os parâmetros acadêmicos, pedagógicos e jurídico-trabalhistas que os docentes veem como necessários para o seu contrato de trabalho.

Resumindo as reivindicações dos professores:

- Que seja prorrogado o prazo para discussão de um novo contrato docente.

- Que os parâmetros de pesquisa contemplem a diversidade dos cursos e a realidade de contratos docentes, reduzidos na PUC-SP atual.

- Que a CIDADANIA DOCENTE não se restrinja a contratos TP20 a TI40.

- Que a PUC-SP volte a ser referenciada pela qualidade de seus pesquisadores e pesquisas realizadas.

- Que o novo contrato tenha tramitação via CEPE e CONSUN antes de qualquer deliberação do CONSAD, por não se tratar de uma questão meramente administrativa, mas acadêmico-pedagógica e administrativa, com graves implicações trabalhistas.

Lembramos, ainda, a necessidade de atentar para que as propostas advindas da comissão e do documento da reitoria ao CONSAD não anulem definitivamente os direitos trabalhistas dos professores, no sentido de que a atual legislação (Lei nº 13.467/2017, artigos 611-A e 611-B) permite a supremacia do negociado sobre o legislado, o que implica servidão trabalhista entre as partes, e que qualquer acordo firmado pelos colegiados terá efeito sobre os atuais direitos dos professores, a APROPUC recomenda:

- Prorrogar por seis meses o prazo para a discussão dos contratos docentes pela comunidade;

- Realizar conselhos abertos para a discussão do novo contrato por todos docentes;

- Discutir a estrutura de carreira única, com isonomia salarial de acordo com a titulação, contemplando docência, pesquisa e extensão;

- Prazo estendido para a divulgação da nova proposta efetivada pela Comissão para a comunidade, antes de seu encaminhamento a Reitoria e a Fundasp;

- Encaminhamento do recurso da APROPUC ao Ato do Consad nº 03/2022 para todos os professores, para conhecimento dos argumentos jurídico-trabalhistas e acadêmico-pedagógicos ali explicitados;
- Estado de mobilização e reunião permanente dos professores;

Uma nova reunião aberta dos docentes está marcada para a próxima terça-feira, 14/2, às 17hs, onde serão novamente debatidos os desdobramentos da atual situação docente. A APROPUC-SP encaminhará o link.

# Professores do ensino superior iniciam nova campanha salarial

Os professores da base territorial do Sinpro-SP realizaram na quinta-feira, 9/02 a primeira assembleia da campanha salarial de 2023. O professor Celso Napolitano iniciou a assembleia lembrando que a campanha salarial de 2022 ainda está aberta pois as mantenedoras entraram com recurso, aceito de forma liminar pelo ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a sentença do Tribunal Regional do Trabalho até novo julgamento.

O Sinpro-SP entrou com um agravo que foi encaminhado à Procuradoria Geral da República que dará um parecer e reencaminhará o processo para o ministro Fux. A partir daí o magistrado poderá reconsiderar ou manter sua decisão e então o recurso irá para o julgamento da segunda turma do STF, presidida pela ministra Carmen Lúcia. Vale lembrar que o STF não deverá julgar o mérito da sentença,

mas apenas a sua constitucionalidade.

## Reajuste salarial

Na abertura de uma nova campanha salarial Celso Napolitano ressaltou que a primeira reivindicação docente será o cumprimento da sentença de 2022.

O reajuste reivindicado este ano deverá ficar em torno de 6%, média dos índices do IBGE e INPC, critério também referendado pela sentença do TRT.

Vários itens foram somados à pauta de reivindicação como proibição do ensalamento, garantia de direitos autorais do professor, valores atualizados de vale-refeição, entre outros. O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira da Silva, em sua intervenção, lembrou a situação vexatória em que se encontram mais de uma centena de professores da PUC-SP que têm suas cargas horárias diminuídas, mas seus pedidos de desligamento são

negados pela Fundasp, mantendo o docente no chamado limbo. O professor Celso Napolitano ressaltou que esta situação fere os princípios legais da legislação trabalhista e informou que os professores que desejarem entrar com ação contra a Fundasp devem procurar a APROPUC e o Sinpro-SP.

O professor João Batista também reivindicou que a cláusula referente ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados tenha como redação final “pagamento da PLR e abono”, uma vez que as universidades filantrópicas estão isentas de pagamento da PLR, mas não de abono salarial. O pedido foi acatado pelo presidente da mesa.

## Insegurança docente

Não foram poucos os docentes que relaram a situação de insegurança e exploração por que passam os docentes do ensino superior. Situações de

ensalamento e diminuição de contratos de trabalho são comuns no dia a dia dos professores.

O professor Cláudio Segura, da Faficla-PUC-SP, relatou a situação de insegurança de uma parcela considerável de professores da PUC-SP que, a duas semanas do início das aulas continua com dúvidas sobre as turmas que ministrará no semestre letivo. Mais uma vez o professor Celso Napolitano solicitou que os professores atingidos por essa situação entrem em contato com a APROPUC para que junto com o Sinpro-SP possam negociar com a Fundasp as situações de redução contratual.

A pauta de reivindicações, bem como a decretação de assembleia permanente foram aprovadas por unanimidade e deverão ser unificadas com as demais cláusulas debatidas em outras assembleias do estado de São Paulo para serem encaminhadas às mantenedoras.

## Professora da PUC-SP critica

### afundamento de porta-aviões São Paulo

A professora Marijane Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais, criticou, em artigo publicado no site Viomundo a decisão de se afundar o porta-aviões São Paulo. “Se é para Marinha, Defesa, AGU e juízes fazerem política ambiental, para que temos legislação e Ministério do Meio Ambiente?”, questiona a professora em seu artigo. A professora resalta que “a Constituição Brasileira diz expressamente ser necessário estu-

do prévio de impacto ambiental para qualquer atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”.

A íntegra do artigo pode ser encontrada em <https://www.viomundo.com.br/denuncias/professora-da-puc-detona-se-e-para-marinha-defesa-agu-e-juizes-fazerem-politica-ambiental-para-que-temos-legislacao-e-ministerio-do-meio-ambiente.html>

## Livro homenageia a trajetória

### de Ricardo Antunes

O livro Ricardo Antunes – Para além do mundo do trabalho está sendo lançado pela editora Papel Social. A publicação organizada por Caio Antunes e Cláudia Mazzei Nogueira, é uma biografia intelectual sobre a obra daquele que é considerado o maior sociólogo do trabalho.

O livro é uma coletânea de textos de vários autores, do Brasil e do exterior, das diversas áreas

do conhecimento, sobre a importante contribuição do seu pensamento para essas diversas áreas, entre os articulistas estão Arnaldo Mazzei Nogueira e Raquel Raichelis, ambos professores da PUC-SP, além da nota de José Paulo Netto e a orelha de Michael Löwy.

A publicação está em pré-venda no site <http://www.editorapapel-social.com.br/>



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista

Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena

Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)

Pucviva na internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)